

LEI Nº 371/2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ**, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono presente **LEI**:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Salto do Itararé, Estado do Paraná, para o exercício de 2019, em conformidade com a Lei Federal 4.320 e Lei Complementar 101 de 04/05/2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as prioridades, metas e riscos fiscais da administração Municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária e;

VII – as disposições finais

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 2º** - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas Programadas. (Art. 165, § 4º da CF).

Parágrafo Único – Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas Programa desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 3º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas da Unidade Gestora, especificando aquelas vinculadas a Fundos, discriminando as despesas quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente, na forma dos seguintes anexos:

- I- Da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;
- II- Da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
- III- Do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;
- IV- Outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

**Art. 5º** – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *Operação Especial*, despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores, as metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programas aos quais se vinculam.

§ 4º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão incluídas no orçamento através de programas de trabalho, sendo identificados através da classificação funcional programática

(função, subfunção, programa, projeto/atividade) e das categorias econômicas.

**Art. 6º** – O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pertinentes à matéria, obedecendo a seguinte estrutura:

*I – Classificação Institucional*, cuja finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, classificando os órgãos e fixando responsabilidades entre esses, com conseqüentes controles e avaliações de acordo com a programação orçamentária;

*II – Classificação Funcional*, que compreenderá as seguintes categorias:

a) Função, correspondendo ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Município;

b) Subfunção, representando uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

c) Programas, compreendendo as partes do conjunto de ações e recursos da subfunção a que estejam vinculados, necessárias ao atingimento de produtos finais.

*III – Classificação da Natureza da Despesa*, com os seguintes desdobramentos:

#### CATEGORIAS ECONÔMICAS

#### GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

#### MODALIDADES DE APLICAÇÃO

#### ELEMENTOS DE DESPESA

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – Cada projeto ou atividade estará vinculado a uma função, a uma subfunção e a um programa.

**Art. 7º:** Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Transferências a Estado e ao Distrito Federal – 30

II – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50

III – Transferências a Instituições Multigovernamentais – 71

IV – Aplicações Diretas - 90

V – Aplicação direta de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91

#### III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

**Art. 8.º** - O orçamento para o exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo.

**Art 9º** - Na elaboração da proposta orçamentária as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços e os índices com as variáveis respectivas, vigentes no período de entrega da proposta orçamentária.

Parágrafo Único: A Lei Orçamentária:

I – Corrigirá os valores da proposta orçamentária para o período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2018;

II – Estimará valores da Receita e fixará os valores da Despesa de acordo com a variação de preços previstos para o exercício de 2019, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços previstos, a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, ou ainda, através de outro que vir a ser estabelecido;

III – Observará para que o montante das Despesas não seja superior ao das Receitas;

IV – Conterá previsão de correção dos valores do Orçamento Geral do Município, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro adotado pelo Governo Federal, acumulado no semestre, se este ultrapassar 20% nesse período, dando ciência à Câmara Municipal;

V – Utilizará o controle da despesa por custo de serviços ou obras que não se encontrem especificados em projetos e atividades.

VI – Conterá previsão para Revisão Geral Anual os Servidores Públicos Municipais, sempre em mesma data, sem distinção de Índice, observado o mês de referencia, acumulado com os onze anteriores, através do Índice INPC/IBGE.

VI – São nulas as emendas apresentadas à proposta orçamentária:

1 – que não sejam compatíveis com esta lei;

2 – que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente a despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida.

3 – As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos projetos de Lei relativos a créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamentos estabelecidos para elaboração da Lei Orçamentária.

VII – Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões relacionadas a dispositivos do texto do projeto de lei.

VIII – Os valores fixados nas metas contidas no Anexo I poderão ser flexibilizados na proporção de 20% para mais ou para menos por ocasião de sua abertura em projetos e atividades no orçamento programa.

IX – Só poderão ser contemplados no orçamento programa para 2019 os projetos e atividades que sejam compatíveis com as metas aprovadas nesta Lei.

**Art. 10º** - Os fundos municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a despesa relacionadas a seus objetivos, identificadas em Plano de Aplicação.

§1º - Os fundos municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos fundos municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da unidade gestora quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

**Art. 11** - Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2019, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

**Art. 12** - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 13** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento das receitas poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, facultativamente até o

exercício de 2019 os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada a frota de veículos de setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único:** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 14** - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 10,00% (dez por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2017 (art.4º § 2º da LRF).

**Art. 15.** Fica o poder executivo municipal autorizado a proceder por decreto abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, realização de transposições, remanejamento e transferências ao orçamento da administração até o limite de 30% (trinta por cento) do total geral do orçamento, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43, da lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo Único** – Fica o poder legislativo municipal autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares através de resolução até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

**Art. 16.** Fica o executivo autorizado a proceder por decreto até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados

nestes limites os créditos adicionais abertos com base no artigo 13º desta lei.

**Art. 17.** Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior:

I – O remanejamento de dotações entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II – Entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

III - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos com recurso do excesso de arrecadação e superávit financeiro, na forma do Art. 43, Parágrafo Primeiro, Inciso I e II da Lei Federal 4.320/64;

**Art. 18** - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO DE RISCOS FISCAIS desta lei.

§1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018;

§2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 19** – O orçamento para o exercício de 2019, destinará recursos para a reserva de contingência, não superior a 1% (um por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício.

§1º - Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º - Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 20** – Os investimentos só constarão da Lei Orçamentária Anual se complementados no Plano Plurianual (art. 5º, §5º da LRF)

**Art. 21** – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias à publicação da Lei Orçamentária Anual, a

programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas unidades gestoras, se for o caso. (Art. 8º da LRF).

**Art. 22** - Serão previstos no Orçamento o pagamento de Precatórios Judiciais apresentados até 1º de julho de 2018.

**Art. 23** - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta de Lei.

**Art. 24** - Os incentivos de natureza tributária à investimentos privados da indústria e Comércio só poderão ser concedidos mediante aprovação de projetos que propiciem aumento da arrecadação e de empregos.

**Art. 25** – Os projetos e atividade priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º da Lei 4320/64, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF.

§2º - Na lei orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF).

**Art. 26** - A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos benefícios.

**Art. 27** – A transferência de recursos do Tesouro Municipal à entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de associativismo municipal e, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada e dependerá de autorização em lei específica (art.4º,I, “f” e 26 da LRF).

§1º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, termo de compromisso, ou similar, conforme determina o art. 116 da Lei Federal n.º 8666/93, art. 26 da Lei Complementar

Federal n.º 101/2000 e o disposto no §3.º, do art. 12 e artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4320/64.

§2º - As entidades beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente e deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço da contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal) com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 28** - Serão considerados para efeito do Art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o Art. 38 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal.

II – Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16, da Lei nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse ao limite de 1,00% (um por cento) do valor correspondente ao total geral do orçamento do Exercício corrente.

**Art. 29** – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

**Art. 30** – Poderão ser destinados recursos para atender despesas de competência de outros entes da Federação, realizadas no âmbito e em favor do Município, mediante celebração de convênios, acordos ou ajustes e previstos na Lei Orçamentária. (Art. 162 da LRF).

**Art. 31** – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

**Art. 32** – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com a apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n.º 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da CF).

**Art. 33** – Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividade ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I, Constituição Federal)

**Art. 34** - O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º, da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, etc. (art.4º, I, “e” da LRF).

Parágrafo Único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do Exercício (art. 4º., I, “e” da LRF).

**Art. 35** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 36** - Fica autorizado ao Poder Executivo a abertura e execução de 1/12 avos mês da proposta orçamentária para o exercício de 2019 caso não ocorra aprovação da LOA pelo poder Legislativo até 31/12/2018.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 37** – A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 120% (cento e vinte por cento) da receita Corrente Líquida, apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato.

Parágrafo Único – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

**Art. 38** – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenhos, de que trata o art. 31 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 39** – Deverão ser destinados recursos para cumprimento do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal e seus parágrafos.

#### V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 40** - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, conforme determina a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF).

§ 1º: Os Poderes Legislativo e Executivo ficam autorizados a proceder a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, de conformidade com os índices oficiais de atualização monetária INPC/IBGE, tendo como base o mês de referência e os onze anteriores, no exercício de 2019.

§ 2º: Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, Parágrafo Único, incisos I e II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, bem como ainda, as disponibilidades financeiras do município.

**Art. 41** – O Executivo e o Legislativo Municipal poderá realizar concurso público e admitir pessoal aprovado no mesmo, e mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e regras da LRF (art. 169, §1º, II, da CF).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

**Art. 42** – Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

**Art. 43** – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF.

**Art. 44** – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000.

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão, até no máximo 20% (vinte por cento)

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

V – Demissão dos Servidores em Estágio Probatório

**Art. 45** – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores, de que trata o artigo 18, §1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cuja atividade ou função guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Salto do Itararé ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Art. 46** - A contratação de horas extras fica limitada a 7% do total da folha de pagamento nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social e a 2% para as demais áreas da administração.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 47** – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000).

**Art. 48** – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante ato fundamentado, tomar as medidas necessárias para efetivar referido cancelamento, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 49** – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

[www.saltodoitarare.pr.gov.br](http://www.saltodoitarare.pr.gov.br)

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 7

Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir os dispostos no *caput* deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de Lei Orçamentária não for encaminhado à sanção até o início do exercício Financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto, usando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

**Art. 50** – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência da tesouraria.

**Art. 51** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como firmar parcelamentos de débitos junto a entidades Federais e Estaduais.

**Art. 52** – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 53** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 54** – Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 372/2018**

**SÚMULA:** “Dispõe sobre a criação do Comitê Municipal do Transporte Escolar”

Faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Itararé aprovou e eu, **PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Comitê Municipal do Transporte Escolar, de acordo com a Resolução SEED nº 777 de 18 de Fevereiro de 2013.

**Art. 2º** - O Comitê tem por finalidade acompanhar as condições de oferta do transporte escolar público municipal.

**Art. 3º** - Deve ter a seguinte composição:

- 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- 01 representante dos Diretores da Rede Estadual de Ensino;
- 01 representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino;
- 01 representante dos Pais dos Alunos.

**Art. 4º** - A indicação dos representantes do Comitê deverá ser registrada em ata, com a nomeação do representante e seu suplente. Terão mandato de 02 anos, permitida uma recondução por igual período.

**Art. 5º** - O Presidente do Comitê será eleito por seus pares, podendo ser reeleito uma única vez.

**Art. 6º** - A atuação dos membros do Comitê não será remunerada.

**Art. 7º** - Compete ao Comitê Municipal do Transporte Escolar, as seguintes atribuições:

a) analisar os Relatórios bimestrais de controle diário dos alunos, contendo data, rota de transporte escolar, o número de alunos não atendidos, justificativas para as faltas e situação quanto à reposição das faltas, que deverão ser encaminhados aos NRE's, com parecer do comitê;

b) verificar a correta aplicação dos recursos, podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do Transporte Escolar;

**Diário Oficial**  
ELETRÔNICO

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 8

c) realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do Transporte Escolar;

d) verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas identificados ao NRE respectivo, para que as autoridades constituídas adotem as providências cabíveis e apliquem as penalidades, quando necessário;

e) análise e vistas dos Relatórios Bimestrais dos Diretores e outros instrumentos de acompanhamento local da qualidade da oferta do transporte escolar.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Salto do Itararé 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI Nº 373/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ,** Estado do Paraná, **APROVA** e eu **PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA, SANCIONO** a presente **LEI**.

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 7.769,00 (Sete mil setecentos e sessenta e nove reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 7.769,00  
Reduzido 288  
Fonte 3725

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso III, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320, e a cancelar total o Programa de Trabalho a seguir especificado.

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente  
R\$ 7.769,00  
Reduzido 289  
Fonte 3725

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da presente **LEI**, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI Nº 374/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ,** Estado do Paraná, **APROVA** e eu **PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA, SANCIONO** a presente **LEI**.

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 9

**06.01.10.301.0006.2.012 – Manutenção do Programa da Saúde**

**- Estado**

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

R\$ 40.000,00

Reduzido 105

Fonte 1495

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso I, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da presente LEI, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEI Nº 375/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ,** Estado do Paraná, **APROVA** e eu **PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA, SANCIONO** a presente LEI.

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 1.204.200,00 (Um milhão duzentos e quatro mil e duzentos reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**02.02.04.122.0002.2.002 – Manutenção da Administração Municipal**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

R\$ 10.000,00

Reduzido 27

Fonte 1000

**06.01.10.301.0006.2.008 – Manutenção do PAB**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 235.700,00

Reduzido 77

Fonte 1000

**06.01.10.301.0006.2.011 – Manutenção da Saúde Pública**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

R\$ 100.000,00

Reduzido 94

Fonte 1000

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 20.000,00

Reduzido 98

Fonte 1303

**07.01.12.361.0007.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 330.000,00

Reduzido 114

Fonte 1000

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Reduzido 115

Fonte 1000

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 118

Fonte 1104

**07.02.12.361.0007.2.018 – Manutenção do Ensino Infantil (Creche)**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

R\$ 10.000,00

Reduzido 152

Fonte 1104

**07.02.12.361.0007.2.019 – Manutenção do Ensino Infantil (Pré-Escola)**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 166

Fonte 1000

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 168

Fonte 1104

**07.03.12.361.0007.2.025 – Manutenção do Transporte Escolar**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 80.000,00

Reduzido 183

**Diário Oficial**  
ELETRÔNICO

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 10

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 184  
Fonte 1103  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 185  
Fonte 1000  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 186  
Fonte 1103  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 191  
Fonte 1124

**09.01.08.244.0009.2.026 – Manutenção da Assistência Social**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 22.000,00  
Reduzido 195  
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 196  
Fonte 1000

**09.01.08.244.0009.2.028 – Manutenção Bloco Gestão SUAS**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 206  
Fonte 1937

**09.01.08.244.0009.2.029 – Manutenção do PISO FIXO**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 211  
Fonte 1934

**09.01.08.306.0009.2.031 – Manutenção do Fornecimento de Cestas Básicas**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 218  
Fonte 1000

**30.01.04.122.0011.2.034 – Manutenção de Contrapartidas de Convênios**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
Reduzido 229  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 230  
Fonte 1000

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso III, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320, e a cancelar total o Programa de Trabalho a seguir especificado.

**02.01.04.122.0002.2.001 – Manutenção das Atividades do Gabinete**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil

Reduzido 1134.500,00  
Fonte 1510  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 1550.000,00  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 1610.000,00  
Fonte 1501

**02.02.04.122.0002.2.002 – Manutenção da Administração Municipal**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 25  
Fonte 1000  
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 26  
Fonte 1511  
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 28  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 32  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 33  
Fonte 1501

**02.02.04.122.0013.0.003 – Pagamento de Dívida - Exercícios Anteriores**

R\$ 20.000,00  
3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores  
Reduzido 18  
Fonte 1000

**02.02.04.122.0013.0.004 – Pagamento de Indenizações e Restituições**

R\$ 15.000,00  
3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições  
Reduzido 19  
Fonte 1000

**02.04.20.608.0003.2.003 – Manutenção da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente**

R\$ 60.000,00  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 41  
Fonte 1000

**04.01.15.452.0004.1.001 – Manutenção de Obras**

4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis  
R\$ 2.000,00  
Reduzido 45  
Fonte 1501

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 54.000,00  
Reduzido 5320.000,00

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 11

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 34.000,00

Reduzido 54

Fonte 1504

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 55

Fonte 1512

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 56

Fonte 1000

**04.02.15.451.0004.2.005 – Manutenção dos Serviços Urbanos**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 20.000,00

Reduzido 59

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 60

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 50.000,00

Reduzido 61

Fonte 1504

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 62

Fonte 1512

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 63

Fonte 1000

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 64

Fonte 1501

**04.02.26.782.0004.2.006 – Manutenção das Estradas Rurais e**

**Vicinas**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

R\$ 15.000,00

Reduzido 68

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 70

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 71

Fonte 1512

**05.01.04.695.0005.2.007 – Incentivo a Industria, Comercio e**

**Turismo**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 73

Fonte 1000

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 1.000,00

Reduzido 74

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 1.000,00

Reduzido 75

Fonte 1000

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 76

Fonte 1000

R\$ 10.000,00

**06.01.10.301.0006.2.008 – Manutenção do PAB**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 53.000,00

Reduzido 78

Fonte 1495

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 100.000,00

Reduzido 272

Fonte 1494

**06.01.10.301.0006.2.009 – Manutenção do PSF**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 8.000,00

Reduzido 82

Fonte 1495

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 31.550,00

Reduzido 275

Fonte 1494

R\$ 10.000,00

**06.01.10.301.0006.2.010 – Manutenção do PACS**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 15.000,0000,00

Reduzido 83

Fonte 1495

**06.01.10.301.0006.2.011 – Manutenção da Saúde Pública**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 99

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 21.000,00

Reduzido 100

Fonte 1303

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 101

Fonte 1303

**06.01.10.301.0006.2.013 – Manutenção do Programa Saúde**

**Bucal**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 10.000,00

Reduzido 279

R\$ 1.000,00

Fonte 1494

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Reduzido 208

Fonte 1494

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 2.000,00

Reduzido 282  
Fonte 1494

**06.01.10.304.0006.2.014 – Manutenção do Programa Vigilância**

**Sanitária**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 26.000,00  
Reduzido 283  
Fonte 1494  
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 284  
Fonte 1494

**07.01.12.361.0007.2.015 – Manutenção do Ensino**

**Fundamental**

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 125  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 126  
Fonte 1103  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 127  
Fonte 1501

**07.01.12.361.0007.2.016 – Manutenção do Fundeb 60%**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 3.270,00  
Reduzido 130  
Fonte 1101  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 5.000,00  
Reduzido 131  
Fonte 1101

**07.01.12.361.0007.2.017 – Manutenção do Fundeb 40%**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 191.100,00  
Reduzido 132  
Fonte 1102  
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 134  
Fonte 1102  
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 3.500,00  
Reduzido 136  
Fonte 1102

**07.01.12.365.0007.2.018 – Manutenção do Ensino Infantil**

**(Creche)**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 156  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 157  
Fonte 1000

**07.01.12.365.0007.2.019– Manutenção do Ensino Infantil (Pré-Escola)**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 173  
Fonte 1000  
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 174  
Fonte 1103  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 175  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 176  
Fonte 1103

**07.01.12.365.0007.2.023– Manutenção do Programa Brasil**

**Carinhoso**

R\$ 10.000,00  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 177  
Fonte 1712  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 1.000,00  
Reduzido 178  
Fonte 1712

**07.02.12.361.0007.2.025– Manutenção do Transporte Escolar**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 189  
Fonte 1000

**09.01.08.244.0009.2.026 – Manutenção da Assistência Social**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 200  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 201  
R\$ 10.500,00  
Fonte 1000

**09.02.08.243.0010.2.032 – Manutenção do Conselho Tutelar**

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 224  
Fonte 1000

**09.02.08.243.0010.6.001 – Manutenção do Conselho da Criança e Adolescente**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 227  
Fonte 1000  
R\$ 10.000,00

**90.99.99.999.0099.9.999 – Reserva de Contingência**

9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência  
R\$ 130.000,00

**Diário Oficial**  
ELETRÔNICO

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 13

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da presente LEI, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 42/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

**DECRETA**

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 7.769,00 (Sete mil setecentos e sessenta e nove reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 7.769,00  
Reduzido 288  
Fonte 3725

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso III, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320, e a cancelar total o Programa de Trabalho a seguir especificado.

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente  
R\$ 7.769,00  
Reduzido 289  
Fonte 3725

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes do presente **DECRETO**, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 43/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

**DECRETA**

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**06.01.10.301.0006.2.012 – Manutenção do Programa da Saúde - Estado**

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 14

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

R\$ 40.000,00

Reduzido 105

Fonte 1495

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso I, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes do presente **DECRETO**, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 44/2018**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018 do Município de Salto do Itararé, e dá outras providências.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

**DECRETA**

**Artigo 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Especial Suplementar no orçamento vigente de 2018, no valor de R\$ 1.204.200,00 (Um milhão duzentos e quatro mil e duzentos reais), para atender Programa de Trabalho a seguir especificado.

**02.02.04.122.0002.2.002 – Manutenção da Administração Municipal**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

R\$ 10.000,00

Reduzido 27

Fonte 1000

**06.01.10.301.0006.2.008 – Manutenção do PAB**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 235.700,00

Reduzido 77

Fonte 1000

**06.01.10.301.0006.2.011 – Manutenção da Saúde Pública**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

R\$ 100.000,00

Reduzido 94

Fonte 1000

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 20.000,00

Reduzido 98

Fonte 1303

**07.01.12.361.0007.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 330.000,00

Reduzido 114

Fonte 1000

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Reduzido 115

Fonte 1000

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 118

Fonte 1104

**07.02.12.361.0007.2.018 – Manutenção do Ensino Infantil (Creche)**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

R\$ 10.000,00

Reduzido 152

Fonte 1104

**07.02.12.361.0007.2.019 – Manutenção do Ensino Infantil (Pré-Escola)**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 166

Fonte 1000

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 168

Fonte 1104

**07.03.12.361.0007.2.025 – Manutenção do Transporte Escolar**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 80.000,00

Reduzido 183

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 15

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 184  
Fonte 1103  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 185  
Fonte 1000  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 186  
Fonte 1103  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 191  
Fonte 1124

**09.01.08.244.0009.2.026 – Manutenção da Assistência Social**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 22.000,00  
Reduzido 195  
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 196  
Fonte 1000

**09.01.08.244.0009.2.028 – Manutenção Bloco Gestão SUAS**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 206  
Fonte 1937

**09.01.08.244.0009.2.029 – Manutenção do PISO FIXO**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 211  
Fonte 1934

**09.01.08.306.0009.2.031 – Manutenção do Fornecimento de**

**Cestas Básicas**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 218  
Fonte 1000

**30.01.04.122.0011.2.034 – Manutenção de Contrapartidas de**

**Convênios**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
Reduzido 229  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 230  
Fonte 1000

**Artigo 2º** - Como recurso para abertura do Crédito previsto no Artigo anterior fica o Executivo autorizado a utilizar – se do previsto no Inciso III, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal 4.320, e a cancelar total o Programa de Trabalho a seguir especificado.

**02.01.04.122.0002.2.001 – Manutenção das Atividades do**

**Gabinete**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil

Reduzido 1134.500,00  
Fonte 1510  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 1550.000,00  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 1610.000,00  
Fonte 1501

**02.02.04.122.0002.2.002 – Manutenção da Administração Municipal**

3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 25  
Fonte 1000  
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 26  
Fonte 1511  
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 28  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 32  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 33  
Fonte 1501

**02.02.04.122.0013.0.003 – Pagamento de Dívida - Exercícios Anteriores**

R\$ 20.000,00  
3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores  
Reduzido 18  
Fonte 1000

**02.02.04.122.0013.0.004 – Pagamento de Indenizações e Restituições**

R\$ 15.000,00  
3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições  
Reduzido 19  
Fonte 1000

**02.04.20.608.0003.2.003 – Manutenção da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente**

R\$ 60.000,00  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 41  
Fonte 1000

**04.01.15.452.0004.1.001 – Manutenção de Obras**

4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis  
R\$ 2.000,00  
Reduzido 45  
Fonte 1501

**04.02.15.451.0004.2.004 – Manutenção das Vias Públicas**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 54.000,00  
Reduzido 5320.000,00

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

www.saltodoitarare.pr.gov.br

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 16

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 34.000,00

Reduzido 54

Fonte 1504

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 55

Fonte 1512

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 56

Fonte 1000

**04.02.15.451.0004.2.005 – Manutenção dos Serviços Urbanos**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 20.000,00

Reduzido 59

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 60

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 50.000,00

Reduzido 61

Fonte 1504

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 62

Fonte 1512

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 63

Fonte 1000

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 64

Fonte 1501

**04.02.26.782.0004.2.006 – Manutenção das Estradas Rurais e**

**Vicinas**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

R\$ 15.000,00

Reduzido 68

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 70

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 71

Fonte 1512

**05.01.04.695.0005.2.007 – Incentivo a Industria, Comercio e**

**Turismo**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Reduzido 73

Fonte 1000

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 1.000,00

Reduzido 74

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 1.000,00

Reduzido 75

Fonte 1000

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 76

Fonte 1000

R\$ 10.000,00

**06.01.10.301.0006.2.008 – Manutenção do PAB**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 53.000,00

Reduzido 78

Fonte 1495

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 100.000,00

Reduzido 272

Fonte 1494

**06.01.10.301.0006.2.009 – Manutenção do PSF**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 8.000,00

Reduzido 82

Fonte 1495

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 31.550,00

Reduzido 275

Fonte 1494

R\$ 10.000,00

**06.01.10.301.0006.2.010 – Manutenção do PACS**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 15.000,0000,00

Reduzido 83

Fonte 1495

**06.01.10.301.0006.2.011 – Manutenção da Saúde Pública**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 10.000,00

Reduzido 99

Fonte 1000

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

R\$ 21.000,00

Reduzido 100

Fonte 1303

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente

Reduzido 101

Fonte 1303

**06.01.10.301.0006.2.013 – Manutenção do Programa Saúde**

**Bucal**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

R\$ 10.000,00

Reduzido 279

R\$ 1.000,00

Fonte 1494

3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Reduzido 208

Fonte 1494

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 2.000,00

Reduzido 282  
Fonte 1494

**06.01.10.304.0006.2.014 – Manutenção do Programa Vigilância**

**Sanitária**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 26.000,00  
Reduzido 283  
Fonte 1494  
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais  
Reduzido 284  
Fonte 1494

**07.01.12.361.0007.2.015 – Manutenção do Ensino**

**Fundamental**

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 125  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 126  
Fonte 1103  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 127  
Fonte 1501

**07.01.12.361.0007.2.016 – Manutenção do Fundeb 60%**

3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 3.270,00  
Reduzido 130  
Fonte 1101  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 5.000,00  
Reduzido 131  
Fonte 1101

**07.01.12.361.0007.2.017 – Manutenção do Fundeb 40%**

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil  
R\$ 191.100,00  
Reduzido 132  
Fonte 1102  
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil  
Reduzido 134  
Fonte 1102  
3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física  
R\$ 3.500,00  
Reduzido 136  
Fonte 1102

**07.01.12.365.0007.2.018 – Manutenção do Ensino Infantil**

**(Creche)**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 156  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 157  
Fonte 1000

**07.01.12.365.0007.2.019– Manutenção do Ensino Infantil (Pré-Escola)**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 173  
Fonte 1000  
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 174  
Fonte 1103  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 175  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 176  
Fonte 1103

**07.01.12.365.0007.2.023– Manutenção do Programa Brasil**

**Carinhoso**

R\$ 10.000,00  
3.3.90.30.00 – Material de Consumo  
Reduzido 177  
Fonte 1712  
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 545,00  
Reduzido 178  
Fonte 1712

**07.02.12.361.0007.2.025– Manutenção do Transporte Escolar**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 189  
Fonte 1000

**09.01.08.244.0009.2.026 – Manutenção da Assistência Social**

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 200  
Fonte 1000  
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 201  
R\$ 10.500,00  
Fonte 1000

**09.02.08.243.0010.2.032 – Manutenção do Conselho Tutelar**

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material de Permanente  
Reduzido 224  
Fonte 1000

**09.02.08.243.0010.6.001 – Manutenção do Conselho da Criança e Adolescente**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica  
R\$ 10.000,00  
Reduzido 227  
Fonte 1000  
R\$ 10.000,00

**90.99.99.999.0099.9.999 – Reserva de Contingência**

9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência  
R\$ 130.000,00

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

[www.saltodoitarare.pr.gov.br](http://www.saltodoitarare.pr.gov.br)

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 18

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes do presente **DECRETO**, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam – se as disposições em contrário.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SERGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2018**

CONVOCA: APROVADOS EM TESTE SELETIVO Nº 01/2017 PARA PREENCHIMENTO DE VAGA DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

O Senhor **PAULO SÉRGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata classificada para a vaga de Servente de Serviços Gerais na área da Educação, a Senhora **Dulcinéia Vicente de Oliveira**, para comparecer no prazo de cinco dias, sede da Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, sito á Rua: Eduardo Bertoni Junior, 471, Centro, com os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade (Cópia);
- Título de Eleitor (Cópia);
- C.P.F. (Cópia);
- Uma Foto 3X4 (recente) (Cópia);
- Comprovante de residência atual (Cópia);
- Certidão de nascimento (se for solteiro) (Cópia);
- Certidão de Casamento (se for casado) (Cópia);
- Cópia do Comprovante de Escolaridade (Cópia)
- Certidão que esta em dia com as obrigações eleitorais
- Certidão de Antecedentes Criminais.

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018

**PAULO SÉRGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2018**

CONVOCA: APROVADOS EM TESTE SELETIVO Nº 01/2018 PARA PREENCHIMENTO DE VAGA DE ESTAGIO REMUNERADO NA ÁREA DE PEDAGOGIA:

O Senhor **PAULO SÉRGIO FRAGOSO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato classificado para a vaga de Estagio na área de Pedagogia, a Senhora **EHLOÁ EMANUELLY TEIXEIRA**, para comparecer no prazo de cinco dias, sede da Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, sito á Rua: Eduardo Bertoni Junior, 471, Centro, com os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade (Cópia);
- Título de Eleitor (Cópia);
- C.P.F. (Cópia);
- Uma Foto 3X4 (recente) (Cópia);
- Comprovante de residência atual (Cópia);
- Certidão de Casamento (se for casado) (Cópia);
- Cópia do Comprovante de Escolaridade (Cópia);

Salto do Itararé, 25 de junho de 2018.

**PAULO SÉRGIO FRAGOSO DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**RESOLUÇÃO Nº 04/2018**

SÚMULA – Aprova a Alteração do Plano de Ação do Projeto Brincadeiras na Comunidade – Plano de Aplicação Detalhado.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 254/2015; e Considerando a deliberação da plenária realizada em 04 de Maio de 2018.

**Diário Oficial**  
E L E T R Ô N I C O

[www.saltodoitarare.pr.gov.br](http://www.saltodoitarare.pr.gov.br)

De acordo com a Lei Municipal Nº 334/2017

Salto do Itararé-PR, segunda-feira, 25 de junho de 2018.

Ano 2018

Edição nº 053

Página 19

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a alteração no Plano de Ação do Projeto Brincadeiras na Comunidade.

Art. 2º Aprova a alteração no Plano de Aplicação Detalhado do Projeto Brincadeiras na Comunidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação, com efeito retroativos ao dia 04 de Maio de 2018.

Salto do Itararé, 20 de Junho de 2018.

**INAÊ ORTIZ DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE DO CMDCA**

**RESOLUÇÃO Nº 05/2018**

SÚMULA – Aprova o Relatório de Gestão Físico Financeiro e de Execução do Projeto Brincadeiras na Comunidade.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 254/2015; e Considerando a deliberação da plenária realizada em 21 de Junho de 2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Físico Financeiro e de Execução do Projeto Brincadeiras na Comunidade.

Art. 2º Faz ressalva ao valor de R\$ 99,71 saldo em conta, e aprova a justificativa do órgão gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Salto do Itararé, 21 de Junho de 2018.

**INAÊ ORTIZ DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE DO CMDCA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ**

**AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE DIARIAS**

AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE **DIÁRIA N.º 22-2018.**

A Câmara Municipal de Salto do Itararé torna público a autorização de concessão de 0,5 (meia) diária, para o dia 18/06/18 no valor de R\$ - 77,74 (setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), para o Presidente da Câmara Municipal Sr. Mário César Espósito, em viagem a cidade de Santo Antônio da Platina-Pr, junto ao Gepatria - Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa.